

# Bechara

Sociedade de advogados

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DE UMA DAS VARAS CIVEIS DA COMARCA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO - ESTADO DE SÃO PAULO

**MARTIN BIANCO COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob nº 50.154.558/0001-08, e **MARTIN BIANCO COMPRESSORES PEÇAS E SERVIÇOS - EIRELL**, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob nº 15.704.308/0001-95, ambas com endereço na Marginal Direta da Via Anchieta - 129 - Assunção - São Bernardo do Campo - Cep: 09823-000, tendo como representante legal **JOÃO VICENTE MARTIN BIANCO**, portador da Cédula de Identidade nº 54501118 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 584.837.218-72, residente e domiciliado na Rua Doutor Flaquer - 568 - Apto 141 - Centro - São Bernardo do Campo/SP CEP 09710-180, por meio de seus advogados que esta subscrevem, com endereço eletrônico processos@dnb.adv.br, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fundamento no artigo 3º, inciso II, da Constituição Federal de 1988, nos artigos 47, 48, 51 e 52 da Lei 11.101/2005, e no artigo 319 do Código de Processo Civil, propor o presente pedido de **RECUPERAÇÃO JUDICIAL** que faz consubstanciado nos motivos de fato e de direito a seguir deduzidos

## I - DO GRUPO ECONOMICO/CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL

1. O presente pedido de Recuperação Judicial formulada por meio do litisconsórcio ativo se justifica porque ambas as empresas qualificadas formam um Grupo Econômico Empresarial de fato, qual seja "Martin Bianco".

2. Quanto ao cabimento da possibilidade de pedido de Recuperação Judicial formulado por litisconsórcio ativo, explica Fábio Ulhoa Coelho<sup>1</sup>:

<sup>1</sup>Coelho, Fábio Ulhoa. Comentários à Lei de Falências e de recuperação de empresas - 8ª edição - São Paulo: Saraiva, 2011. Pág. 183

# Bechara

## Sociedade de advogados

*“A lei não cuida dashipóteses, mas tem sido admitido o litisconsórcio ativo na recuperação, desde que as sociedades integrem o mesmo grupo econômico, de fato ou de direito, e atendam obviamente, todas aos requisitos legais de acesso à medida judicial”.*

3. Muito embora a lei de Recuperação Judicial e Falências, 11.101/2005, seja omissa em relação a possibilidade de empresas do mesmo grupo econômico empresarial requererem recuperação judicial em litisconsórcio ativo, é possível e aceito o requerimento de recuperação judicial por empresas que compõem o mesmo grupo econômico empresarial, seja de fato e/ou de direito, justificando-se a apresentação de PLANO ÚNICO e sua futura aprovação pelos credores.

4. No que tange ao conceito de grupo econômico empresarial explica Arnold Wald ao citar as lições do jurista Bulhões Pedreira<sup>2</sup>

*“Conforme sintetiza Bulhões Pedreira: A vinculação de duas ou mais sociedades por relações de participação dá origem a uma estrutura de sociedades, e quando essa estrutura é hierarquizada (ou seja, uma sociedade tem o poder de controlar as outras), é designada ‘grupo de sociedades’, que pode ser ‘de fato’ (baseado apenas nas relações de participação societária e de controle) ou ‘de direito’ (se, além disso, é regulado por uma convenção de grupo acordada entre as sociedades)”*

5. Ainda, importante destacar a doutrina de Paulo Fernando Campos Salles de Toledo<sup>3</sup>:

*“A principal distinção, do ponto de vista formal, entre as duas espécies está em que os grupos de direito, além de terem toda uma estrutura legal, formam-se a partir de um instrumento, a convenção grupal, obrigando-se os contratantes “a combinar recursos ou esforços comuns para a realização dos respectivos objetivos, ou a participar de atividades ou empreendimentos comuns”. Já, os grupos de fato prescindem dessas formalizações, mas sua existência concreta é inegável. A circunstância de os grupos de fato não se formarem a partir de uma convenção não significa que o Direito não os conheça. A eles aplicam-se as regras relativas a sociedades coligadas, controladoras e controladas. Isso porque o legislador, ao estabelecer normas sobre as relações de participação acionária entre sociedades está, na verdade, dispondo sobre grupos de fato.*

<sup>2</sup>PEDREIRA, J.L.B., in WALD, Arnoldo. Doutrinas Essenciais – Direito Empresarial volume III. Edições Especiais, Revista dos Tribunais 100 anos. Ed. Revista dos Tribunais. 2011. Pag. 341. Artigo sobre caracterização do grupo econômico.

<sup>3</sup>TOLEDO, Paulo Fernando Campos Salles de, Temas de Direito Empresarial e outros estudos em homenagem ao Professor Luiz Gastão Paes de Barros Leães, Editora Malheiros Editores, 2014, p. 342.

# Bechara

## Sociedade de advogados

*Será controladora a sociedade que, direta ou indiretamente, for “titular de direitos de sócio que lhes assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores”. E serão coligadas as sociedades em que uma delas tiver influência significativa sobre a outra, sem controlá-la. A influência significativa verifica-se quando “a investidora detém ou investe poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional da investida”. A distinção é relevante, mas apenas tratando-se de controle as sociedades integrarão um grupo de fato.”*

6. Ora, as empresas que compõem o grupo econômico, **caracterizam-se por apresentarem a mesma administração, os mesmos colaboradores, o mesmo controle de caixa, a mesma atividade empresarial,** cooperando entre si para o desenvolvimento das atividades desenvolvidas.

7. Verifica-se no presente caso, que as empresas estão sediadas no mesmo endereço, em São Bernardo do Campo, possuem identidade de sócios e ainda uma intrínseca confusão de caixa entre as empresas.

8. Assim, em virtude das sociedades Requerentes serem do mesmo grupo econômico e, portanto, interdependentes, seus negócios empresariais são afetados em conjunto e na sua totalidade. Deste modo o pedido de recuperação judicial é apresentado por ambas às empresas, sob pena de ser ineficaz a estratégia adotada, seja em virtude do perfil do passivo seja porque as atividades empresariais são as mesmas, geridas pelos mesmos administradores e com os mesmos sócios.

9. De outro lado, a existência de um grupo econômico implica na apresentação de um único plano de Recuperação Judicial, prevendo, assim, uma estratégia de reestruturação viável e exequível por meio da análise conjunta dos fatores financeiros.

10. Veja, que o entendimento jurisprudencial também é no sentido do deferimento da Recuperação judicial de empresas que compõem o mesmo grupo empresarial:

*EMENTA: “Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Litisconsórcio ativo. Possibilidade. Precedentes desta Câmara que reconheceram a possibilidade, em tese, de pedido de recuperação judicial em litisconsórcio ativo, desde que presentes elementos que justifiquem a apresentação de plano único, bem como a posterior aprovação de tal cúmulo subjetivo pelos credores. Pedido formulado por três sociedades empresárias distintas, detidas direta ou indiretamente por dois irmãos. Grupo econômico de fato configurado. Estabelecimento de uma das sociedades em cidade e estado diversos. Irrelevância no caso concreto, principalmente em*

# Bechara

## Sociedade de advogados

*razão desta empresa não possuir empregados. Ausência de credores trabalhistas fora da Comarca de Itatiba. Administrador judicial que demonstra a relação simbiótica das empresas. Pedido de litisconsórcio ativo que atende à finalidade última do instituto da recuperação judicial (superação da crise econômico-financeira das empresas). Decisão reformada. Agravo provido". (TJSP. Agravo de Instrumento nº 0281187-66.2011.8.26.0000. 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial. Desembargador Relator Pereira Calças. Julgado em 26.06.2012)*

*EMENTA: "RECUPERAÇÃO JUDICIAL - COMPETÊNCIA - UNIDADES INDUSTRIAIS EXISTENTES EM OUTROS ESTADOS - PROPOSITURA EM COMARCA ONDE SITUADOS OS PRINCIPAIS CREDORES E CONCENTRADAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS, CONTÁBEIS E DE RECURSOS HUMANOS - SOCIEDADES QUE ATUAM DE MANEIRA COORDENADA, TENDO A CRISE ATINGIDO AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO GRUPO - APRESENTAÇÃO DE ÚNICO PLANO DE RECUPERAÇÃO, JÁ APROVADO E HOMOLOGADO - ADMISSIBILIDADE, NA ESPÉCIE - PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO". (TJSP. Agravo de Instrumento nº 0007217-51.2010.8.26.0000. Desembargador Relator Elliot Akel. Julgado em 23.11.2010)*

*EMENTA: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. LITISCONSÓRCIO ATIVO. POSSIBILIDADE. Considerando que as sociedades empresárias devedoras formem grupo econômico de fato, tenham administração comum e sede nesta Capital, não há óbice legal para o processamento conjunto da recuperação judicial. RECURSO PROVIDO. POR MAIORIA. (TJRS. Agravo de Instrumento nº 70049024144. Relator Desembargador Gelson Rolim Stocker, Julgado em 25/07/2012)*

10. Assim, ante o cabimento do presente pedido de Recuperação Judicial apresentado pelas Requerentes, não somente pelos argumentos supramencionados mas, principalmente, pela efetividade da prestação jurisdicional e pela eficácia da RECUPERAÇÃO JUDICIAL, por meio de um único processo com vistas a recuperar as empresas (em sua estrutura organizacional, financeira e administrativa), se faz necessário que este D. Juízo receba e defira o processamento do pedido de recuperação judicial formulado pelas Requerentes, conforme entendimento jurisprudencial e doutrinário.

## II - DA COMPETÊNCIA

11. Preliminarmente, as Requerentes esclarecem que possuem seu estabelecimento empresarial na Marginal Direta da Via Anchieta – 129 – Assunção – São Bernardo do Campo – Cep: 09823-000, onde as suas decisões estratégicas, atividades administrativas, financeiras e operacionais são tomadas, conforme se comprova pelas próprias Certidões Simplificadas da Junta Comercial <sup>4</sup>.

<sup>4</sup> “Competência para o processamento do pedido de recuperação judicial. Competência do foro do local onde está situado o centro decisório da empresa. Principal estabelecimento correspondente ao local de onde emanam as principais decisões estratégicas, financeiras e operacionais da empresa...”, TJSP, Agravo 0124191-69.2013.8.26.0000, Rel Desembargador Alexandre Marcondes. Ainda no mesmo sentido, STJ, Conflito de Competência nº 116.743-MG, Relator Ministro Raul Araújo.

# Bechara

Sociedade de advogados

12. Acerca do tema Manoel Justino<sup>5</sup>, define o que vem a ser o principal estabelecimento:

*“Segundo Valverde (v.l.p.138) o principal estabelecimento é aquele no qual o comerciante tem a sede administrativa de seus negócios, no qual é feita a contabilidade geral, onde estão os livros exigidos pela lei, local de onde partem as ordens que mantêm a empresa em ordem e funcionamento, mesmo que o documento de registro da empresa indique que a sede fica em outro local. Barreto Filho (p.145.146), anota que a questão da fixação do principal estabelecimento carece de interesse jurídico, a não ser para a fixação da competência do juiz da falência, propõe que, na conceituação de principal estabelecimento, deve sempre preponderar o critério quantitativo econômico, ou seja, é “aquele” em que o comerciante exercer maior atividade mercantil, e que, portanto, é mais expressivo em termos patrimoniais”, relembrando ainda que Sylvio Marcondes diz ser aquele no qual melhor se atendam os fins da falência, possibilitando a melhor forma de liquidação do ativo e do passivo. E agora, com a lei atual poder-se-ia acrescentar também aquele que possibilita a melhor forma de recuperação”.*

13. O artigo 3<sup>a</sup> da lei 11.101/2005, determina que o Juiz competente para processar a Recuperação Judicial é aquele onde encontra o principal estabelecimento da empresa, ou seja, significa que o D.Juizo da Comarca de São Bernardo do Campo é o competente para o processamento e julgamento da presente Recuperação Judicial.

**Ementa:** “Recuperação Judicial-Grupo de sociedade-Competência para o processamento – Principal estabelecimento – Local de onde emanam as principais decisões estratégicas, financeiras e operacionais do grupo de empresas – Competência do foro da Comarca de São Bernardo do Campo – Agravo conhecido e desprovido (TJSP – 20580428120188260000 SP – 2058042-81.2018.8.26.0000, Relator: Fortes Barbosa, Data de Julgamento: 07/06/2018, 1<sup>a</sup> Câmara Reservado de Direito Empresarial, Publ. 07/06/2018)

*“Competência para o processamento de pedido de recuperação judicial. Competência do foro do local onde está situado o centro decisório da empresa. Principal estabelecimento correspondente ao local de onde emanam as principais decisões estratégicas, financeiras e operacionais da empresa ... “ (TJSP. Agravo 0124191-69.2013.8.26.0000, Rel. Alexandre Marcondes).*

**EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – PROCESSUAL – PROCESSUAL**

<sup>5</sup> BEZERRA FILHO, Manoel Justino, Lei de Recuperação Judicial de Empresas e Falências: Lei 11.101/2005, comentada artigo por artigo. 9<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2018, 2013 Pag. 69.



# Bechara

Sociedade de advogados

*CIVIS - EXECUÇÃO DE INCOMPETÊNCIA - FORO COMPETENTE - PLANTA FABRIL LOCALIZADA EM MINAS GEAS - PRINCIPAL ESTABELECIMENTO - DECISÃO REFORMADA. 1. Nos termos do art. 3º da Lei nº 11.101/2005, é competente para processar o pedido de recuperação judicial o juízo do local em que situado o principal estabelecimento do devedor. 2. 'Considera-se principal estabelecimento aquele em que situada a planta fabril da devedora, no qual além de se encontrar o maior número de empregados e demais credores, também é realizada toda a contabilidade do grupo empresarial. 3. Recurso provido.' (TJMG. Agravo de Instrumento nº 0293242-07.2014.8.13.0000. Relator Desembargador Edgard Penna Amorim - 8ª Câmara Cível - Doe 19/12/2014).*

14. Nesse passo, consoante se depreende do conjunto probatório ora trazido aos autos, as Requerentes tratam-se de empresa jurídica de direito privado, com sede constituída na cidade de São Bernardo do Campo onde todas as decisões administrativas e financeiras são tomadas.

15. Desta feita, em consonância com o artigo 3º da Lei 11.101/2005, bem como na melhor jurisprudência de nossos tribunais, resta hialino que é competente para processar e julgar a presente Recuperação Judicial esta D. Vara de São Bernardo do Campo.

## II - DO NÃO CABIMENTO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

16. Embora o Novo Código de Processo Civil tenha preconizado no inciso VII, do artigo 319, que o Autor, ao propor o processo, deve informar na petição inicial se possui interesse em realização de audiência de conciliação, estas Requerentes esclarecem que, além de não possuir interesse em tal audiência, tal opção é descabida no processo de recuperação judicial por ser incompatível com o próprio procedimento recuperacional, que serve de mecanismo para que empresas economicamente viável supere a crise econômico-financeira vivenciada por meio da apresentação de um plano que contemplará a forma de reestruturação da empresa e a forma de pagamento dos credores.

17. Desta feita, resta incabível a realização de audiência de conciliação

# Bechara

Sociedade de advogados

## III – DOS FATOS

### A -DO HISTÓRICO DAS REQUERENTES

18. A empresa **MARTIN BIANCO COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA** iniciou suas atividades em 1978 e a empresa **MARTIN BIANCO COMPRESSORES PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI** iniciou suas atividades em 2012, ambas possuem sua sede localizada na comarca de SÃO BERNARDO DO CAMPO(DOC. 4)

19. Em um primeiro momento a MARTIN BIANCO atuou na área de prestação de serviços automotivos.

20. A partir de 1981, as Requerente mudaram sua atividade empresarial para a prestação de serviços de instalação elétricas e pneus (ar cumprido), na área industrial, comercio de bombas hidráulicas, compressores de ar e sistemas de tratamento de ar comprimido, bem como manutenção e vendas de peças e componentes para estes equipamentos.

21. A fim de que pudessem oferecer produtos e serviços altamente qualificados aos seus clientes, as Recuperadas buscaram parcerias com grandes empresas internacionais.

22. Durante aquele período, iniciou-se uma parceria comercial com a empresa IngersollRand, uma produtora de equipamentos pertinentes ao setor de atuação das Recuperandas, e que à época não detinha qualquer participação no mercado nacional, mas queria iniciar sua participação.

23. Assim, a IngersollRand abriu um pequeno escritório em São Paulo Capital, defendendo a política de entrar no mercado através de uma distribuidora local, oportunidade que propôs a Martin Bianco um contrato de distribuição de produtos.

24. Por muitos anos a Martin Bianco forneceu equipamentos, peças serviços, garantias etc, momento em que chegou a se tornar até montadora de alguns tipos de compressores, desta forma surgiu-se a necessidade de adquirir novos equipamentos, instalar um parque fabril, contratar profissionais técnicos especializados, com desenvolvimento de departamento de engenharia, comercial e de serviços compatíveis com a atividade na qual fora assumida.

# Bechara

## Sociedade de advogados

25. Nesse período, a Martin Bianco teve um grande sucesso de vendas, inclusive recebendo títulos de melhores distribuidores dos produtos comercializados.

26. Ato contínuo, em meados de 1998, durante a Convenção ocorrida nos Estados Unidos, em Orlando – Florida, a Martin Bianco fora surpreendida com a notícia que parte dos equipamentos por ela montados, seriam fabricados e comercializados pela própria empresa IngersollRand no Brasil, e que tais produtos seriam distribuídos sem exclusividade a Martin Bianco, mas diretamente para outros distribuidores, o que com o passar dos anos impactou com uma diminuição considerável no faturamento da Martin Bianco.

27. Com o decurso dos anos, e diante todas as discussões acerca do ocorrido, em 2003 houve o rompimento do contrato com a empresa Ingersoll por iniciativa deles, e de maneira abrupta e sem qualquer prazo para que as Recuperandas pudessem se adaptar a nova realizada que passariam a enfrentar, já que o faturamento das empresas dependiam de aproximadamente de 90% (noventa por cento) da venda dos produtos que eram fornecidos.

28. Consequentemente as Recuperandas começaram a enfrentar diversos problemas, tiveram que reduzir substancialmente seu quadro de funcionários, já não possuíam mais recursos suficientes para adimplir os compromissos com as Instituições Financeiras, as cobranças de impostos estaduais e federais deixaram grandes seqüelas nas empresas e ônus que carregam até os dias atuais.

29. Ainda assim, diante toda dificuldade enfrentada com muita luta as Recuperandas, buscaram se reinventar e adquiriram novos clientes, conseguiram um aumento do negócio e obtiveram uma considerável recuperação, no entanto.

30. Desta forma, a Martin Bianco, passou por uma profunda reestruturação pois com o novo cenário comercial imposto àquela época, houve uma queda de 90% do faturamento, atualmente as Requerentes atuam com a venda de equipamentos, venda de peças, e ainda com a prestação de serviços.



# Bechara

Sociedade de advogados

31. Em linhas gerais, buscam trazer soluções em todo sistema de ar comprimido dos seus clientes (sendo essa a segunda energia mais utilizada no setor industrial). Para isso, desenvolvem equipamentos, produtos e parceiros de alta qualidade. Sempre investindo em tecnologia, mão de obra qualificada, especializações nos produtos, projetos de engenharia, e tudo mais que pudesse garantir boa performance da produção de seus clientes.

32. Inúmeros problemas surgiram, muitos foram saneados ao longo dos anos, outros se transformaram em demandas judiciais como o caso da IngersollRand, que impõe uma condenação de grande monta contra as Recuperandas.

33. Fato é que hoje as Requerentes contraíram vultuosas dívidas e obrigações ao durante este período, que eram compatíveis com a antiga realidade da empresa, e não com a atual realidade.

34. Assim, não se vislumbra outra solução, senão a adoção da RECUPERAÇÃO JUDICIAL, cujo plano apresentado no momento oportuno reorganizara o passivo e reestruturara as atividades empresariais das Requerentes, fazendo com que estas retomem sua estabilidade, e, posteriormente seu crescimento econômico.

## **B- DAS CAUSAS CONCRETAS DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL E DAS RAZÕES DA CRISE ECONÔMICO- FINANCEIRA (ART. 51, I, LRE)**

### **B.I – DA ATUAL CRISE ECONOMICA**

35. Inicialmente os fatores macroeconômico como o aumento dos juros e da inflação atrelados à instabilidade política e econômica, ocasionaram uma drástica redução das vendas da Requerente, intensificando gravemente sua crise, eis que as Requerentes não estavam preparadas para enfrentar problemas financeiros decorrentes da crise que assola o país, a qual motivou uma queda ainda que não drástica, mas que chegou a afetar as Requerentes.

36. Sem contar, o rompimento da parceria firmada com a empresa IngersollRand, e que após seu rompimento acarretou diversos prejuízos aos negócios das Recuperandas, e conforme dito seu faturamento era representada por 90% (noventa por cento) das vendas dos produtos que eram fornecidos, após todo o ocorrido, as Recuperandas nunca mais foram às mesmas e acabaram adquirindo um passivo não previsto para o seu faturamento.

# Bechara

Sociedade de advogados

37. Todavia, em que pese à crise econômico-financeira enfrentada pela Requerente bem como os problemas adquiridos e enfrentados por consequência do rompimento da parceria com o empresa IngersollRand, a sua atividade empresarial é economicamente viável, e ainda, atua no mercado há 40 anos, mercado este que apesar de ter sido atingido, trata-se de uma empresa que produz e presta serviço para o setor produtivo, que facilmente saíra desse estado crítico.

38. Para que as Requerentes mantenham sua atividade em pleno funcionamento e economicamente viável, se faz necessário uma equalização do passivo adquirido com o faturamento atual, para isso levando aos credores uma proposta de pagamento, que será oportunamente apresentada no Plano de Recuperação Judicial.

39. É cediço que as Recuperandas possuem experiência no ramo que atua há mais de 40 anos em todo o Estado de São Paulo, com elevado grau de tecnologia e qualidade, gerando empregos, riquezas e tributos, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e cultural da sociedade, ou seja, cumprindo com a função social da empresa.

40. Tendo pleno conhecimento de que a Recuperação Judicial é um procedimento criado com a finalidade de manter em funcionamento da empresa viável, fazendo prevalecer o princípio da função social da empresa, certo é que a demonstração de viabilidade deve obrigatoriamente passar pelo crivo da mercadologia dos produtos e serviços oferecidos pelas Requerentes. Assim, todos os aspectos acima abordados serão tratados com detalhes no plano de recuperação judicial, que será trazido ao presente no seu momento próprio.

## **B.II – DOS INVESTIMENTOS / INADIMPLEMENTOS DOS CLIENTES E GESTÃO ADMINISTRATIVA**

41. Conforme mencionado, um dos principais motivos que levaram as Recuperandas para a atual situação além de toda crise econômico financeira enfrentada foi o endividamento e as obrigações contraídas após o rompimento da parceria realizada com a empresa IngersollRand.

42. Veja, a empresa Credora produtora de equipamentos pertinentes a área de atuação das Recuperandas, encontrava-se fora do mercado nacional, e a fim de iniciar sua participação propôs às Recuperandas um contrato de distribuição de seus produtos.

# Bechara

## Sociedade de advogados

**43.** Por diversos anos, as Recuperandas atuaram como representantes locais da empresa IngersollRand, fornecendo equipamentos, peças serviços, garantias etc, ocasião em que até as Recuperandas tornaram-se montadoras de alguns tipos de compressores, o que diante o crescimento dos negócios, tiveram que adquirir novos equipamentos voltados a área fabril, contratação de profissionais técnicos especializados, o desenvolvimento do departamento de engenharia comercial e de serviços compatíveis com as atividades que foram assumidas.

**44.** A parceria celebrada, acarretou um grande sucesso de vendas que correspondia aproximadamente cerca de 90% do faturamento da empresa, e que inclusive trouxe as Recuperadas títulos de melhores distribuidores de produtos que por elas eram comercializados.

**45.** No entanto, durante uma das convenções realizadas em Orlando-Florida, as Recuperandas forma surpreendidas com a notificação de que parte de todos os equipamentos bem como as montagens passariam a ser fabricados e realizados por eles diretamente no Brasil, e que tais produtos seriam distribuídos não apenas para as Recuperandas, mas também para outros distribuidores, o que acarretou na diminuição de seu faturamento.

**46.** Assim diante todas as discussões acerca do ocorrido, em 2003 houve o rompimento do contrato com a empresa Ingersoll por iniciativa deles de maneira abrupta e sem qualquer prazo para que as Recuperandas pudessem se adaptar a nova realizada que passariam a enfrentar, já que o faturamento das empresas dependiam de aproximadamente de 90% (noventa por cento) da venda dos produtos que eram fornecidos.

**47.** Conseqüentemente, deram-se inicio aos problemas das Reclamadas, que tiveram que reduzir substancialmente o quadro de funcionários,houve inadimplementos dos compromissos com as Instituições financeiras bem como com o Fisco, que deixaram seqüelas visível até hoje nas Recuperandas.

**48.** Apesar das dificuldades enfrentadas pelas Requerentes, seus administrativos e funcionários estão trabalhando com afinco buscando soerguê-las, certamente um plano de ação que contemple, sobretudo a redução de custos, revisão de preço e margem de lucro dos produtos comercializados e talvez até a venda de alguns ativos seja suficiente para que a empresa possa se reerguer.

# Bechara

Sociedade de advogados

49. No presente caso, vemos e é perceptível a intenção dos administradores da Requerente em ver suas atividades bem desenvolvidas e expandidas no mercado nacional e internacional, no entanto, conforme mencionado tanto a crise enfrentada bem como a quebra da parceira celebrada que acarretou aos problemas atuais das Recuperandas trouxeram a presente situação das Recuperandas

50. Neste sentido, uma vez elaborado o presente pedido de RECUPERAÇÃO JUDICIAL, cumprindo na íntegra o disposto na Lei nº 11.101/2005, em especial o previsto nos artigos 48 e 51 do aludido diploma legal, requer o regular processamento desta, resgatando o equilíbrio econômico-financeiro da empresa e, por conseguinte, cumprir com a função social e seu espírito norteador, mantendo a fonte geradora de empregos e tributos, equilibrando a economia local e restabelecendo a ordem econômica.

### III – DO DIREITO

#### C - DA POSSIBILIDADE DE RECUPERAÇÃO

51. A respeito da dimensão social e dos interesses que uma empresa envolve, explica o Ilustre Jurista Fábio Konder Comparato<sup>6</sup>:

*“Se quiser indicar uma instrução social que, pela sua influência, dinamismo e poder de transformação, sirva como elemento explicativo e definidor da civilização contemporânea, a escolha é indubitável: essa instituição é a empresa. É dela que depende, diretamente, a subsistência da maior parte da população ativa deste país, pela organização do trabalho assalariado. É das empresas que provém a grande maioria dos bens e serviços consumidos pelo povo, e é delas que o estado retira a parcela maior de suas receitas fiscais”*

52. Com efeito, o Princípio da Função Social da Empresa decorre do Princípio da Função Social da Propriedade previsto nos artigos 05 inciso XXIII e 170 inciso III, ambos da Constituição Federal de 1988.

53. Assim, a exposição da atividade empresarial cumpre sua função social, conforme ensina o renomado Fábio Ulhoa Coelho<sup>7</sup>, quando o empreendimento:

<sup>6</sup>A Reforma da Empresa. Revista de Direito Mercantil. São Paulo: Revista dos Tribunais. Nº 50. Pág. 57. Abr/Jun. 1983.

<sup>7</sup>COELHO, Fábio Ulhoa. Princípios do Direito Comercial Com anotações ao Projeto de Código Comercial. São Paulo: Saraiva. 2012. Pág.37.

# Bechara

## Sociedade de advogados

*“gera empregos, tributos e riquezas, contribui para o desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade em que atua, de sua região ou país, adota práticas empresariais sustentáveis visando à proteção do meio ambiente e ao respeito aos direitos dos consumidores. Se sua atuação é consentânea com estes objetivos, e se desenvolve com estrita obediência às leis a que se encontra sujeita, a empresa está cumprindo sua função social; isto é, os bens de produção reunidos pelo empresário na organização do estabelecimento empresarial estão tendo o emprego determinado pela Constituição Federal.”*

54. Destacamos inclusive os ensinamentos do doutrinador Carlos Alberto da Purificação<sup>8</sup>:

*“...verificamos a pedra basilar do que compreende o processo de **recuperação judicial**, incorporado ao direito pátrio através desta nova lei, e distinguindo-se de forma cristalina quanto aos seus fins do objetivo a que se destina o processo de falência. Conforme previsto nesse comando legal, o resultado a ser alcançado e intuído pelo legislador é a **preservação da vida produtiva da empresa, garantindo a manutenção do emprego e o interesse dos credores**, de modo a poder assim cumprir a sua função social, estimulando a atividade econômica na sociedade, em suas mais diversas instancias administrativas, seja a nível nacional, estadual ou municipal...”*

55. No presente caso, **as Requerentes cumprem a função social de empresa, pois por meio do desenvolvimento de equipamentos, produtos e parceiros de alta qualidade. Sempre investindo em tecnologia, mão de obra qualificada, especializações nos produtos, projetos de engenharia, circulando bens e produzindo riquezas.**

56. As Requerentes mantém relações empresariais com fornecedores e com investidores financeiros, gerando renda a terceiros, ao mercado econômico e ao Fisco.

57. Ao passo que a atividade empresarial exercida pelas Requerentes é viável e atende a função social da empresa (por gerar empregos, riquezas e tributos, contribuindo para desenvolvimento econômico, social e cultural da sociedade), se faz necessária a sua preservação.

<sup>8</sup> Purificação, Carlos Alberto da – Recuperação de empresa e falência comentada/Carlos Alberto da Purificação – São Paulo – Atlas 2011 – Pag..106

# Bechara

Sociedade de advogados

58. Pautando-se no **Princípio da Preservação da Empresa, insculpido no artigo 47**, da Lei 11.101/2005, **devido às funções** (geradoras de empregos, geradora de tributos e de circulação/produção de bens/serviços<sup>9</sup>), **desempenhadas pelas empresas envolverem uma coletividade e seres de suma importância para o desenvolvimento econômico e para a manutenção da função social, entende-se que a Atividade Empresarial por ser viável deve ser preservada.**

59. É cristalino que o objetivo da Recuperação Judicial é recuperar a empresa viável que se encontra momentaneamente em crise econômica financeira, como é o caso das Requerentes. O entendimento jurisprudencial pátrio é no sentido de que, em razão dos objetivos visados pela Recuperação Judicial, deve ser dada à Empresa Viável a oportunidade de superar a crise econômica financeira:

**“AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E JUÍZOS TRABALHISTAS. LEI Nº 11.101/05. PRESERVAÇÃO DOS INTERESSES DOS DEMAIS CREDORES. MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA. FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA. INCOMPATIBILIDADE ENTRE O CUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E A MANUTENÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL QUE CORRE NO JUÍZO TRABALHISTA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. Agravo regimental não provido”. (STJ. AgRg no Conflito de Competência Nº 125.697 – SP. Relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino. Julgado em 04.02.2013).**

**“AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÕES INDIVIDUAIS. LEI N. 11.101/05. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICO-TELEOLÓGICA DOS SEUS DISPOSITIVOS. MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA.**

1. A competência para o pagamento dos débitos de sociedade empresária no transcurso de processo de recuperação é do juízo em que se processa o pedido de recuperação e em observância ao plano aprovado e homologado.

2. A manutenção da possibilidade de os juízos de execuções individuais procederem à constrição do patrimônio das sociedades recuperandas afrontaria os princípios reitores da recuperação judicial, privilegiando-se determinados credores, ao arrepio do que hegemonicamente restou estabelecido no plano de recuperação. Inteligência do art. 6, §2º, da LF n. 11.101/05. Concreção do princípio da preservação da empresa (art 47).

3. AGRADO REGIMENTAL DESPROVIDO”. (STJ. AgRg no Conflito de Competência Nº 125.697 – SP. Relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino. Julgado em 04.02.2013).

<sup>9</sup>PERIN JUNIOR, Écio. Preservação da Empresa da Lei de Falências. São Paulo: Saraiva. 2009. Pág. 35.



# Bechara

Sociedade de advogados

**“AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA DEVEDORA. SUSPENSÃO. PRAZO DE 180 DIAS. INSUFICIÊNCIA. PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA.**

*O artigo 6º, “caput”, da lei nº 11.101/05 determina a suspensão de todas as ações execuções ajuizadas contra a sociedade empresaria que teve o pedido de recuperação judicial deferido. Com relação a suspensão das execuções individuais, o parágrafo 4º do art. 6º da lei em comento determina o prazo de 180 (cento e oitenta) dias. Todavia, a interpretação desse artigo deve ser feita de forma sistemática, observando os princípios norteadores da nova Lei de Recuperação Judicial e Falência, em especial, o principio da preservação (ou continuidade) da empresa.*

*O objetivo da recuperação judicial é permitir que o empresário individual ou a sociedade empresaria supere a crise econômico-financeira, honrando suas dividas e viabilizando sua atividade. Sendo assim, o prosseguimento das execuções individuais, com a possibilidade de constrição judicial de faturamento e bens de titularidade da sociedade e de seus sócios solidários certamente inviabilizará o sucesso da medida.*

*O plano de recuperação, apresentado pelo devedor, é sujeito a aprovação dos credores e à homologação judicial. Este plano traçará de forma pormenorizada a estratégia para que a empresa possa superar as dificuldades que enfrenta. Assim, pressupõe-se que no prazo de suspensão das ações que tramitam contra o devedor seja alcançado um plano de recuperação. No entanto, a real morosidade judicial não pode impedir o real objetivo da lei. Dessa forma, a suspensão da execução deve ser prorrogada até a data de homologação do plano de recuperação, que tratará das condições de exigibilidade do crédito da execução”. (TJDF. Agravo de Instrumento nº 9529622009807000. Relator Desembargador Natanael Caetano. Julgado em 02/09/2009).*

60. A doutrina também caminha nesse sentido, consoante se denota do posicionamento do Ilustre professor Ecio Perin Junior<sup>10</sup>:

*“Na Lei n. 11.101/2005, a ratio legis da recuperação de empresa tem, como já dissemos, o objetivo precípuo de viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, permitindo, como descreve em norma programática o art. 47, a manutenção de sua fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, no escopo maior de promover a preservação da empresa, bem como sua função social e o estímulo da atividade econômica”<sup>11</sup>.*

<sup>11</sup> PERIN JUNIOR, Ecio. Preservação da Empresa na Lei de Falências. São Paulo: Saraiva, 2009. Pág. 362.

# Bechara

Sociedade de advogados

61. Diante de todos os argumentos fáticos e jurídicos trazidos à baila resta evidente que as Requerentes estão passando por uma séria crise econômica financeira, entretanto, a mesma apresenta uma indiscutível viabilidade econômica, razão pela qual, faz jus à recuperação Judicial.

62. Sabe-se que o país encontra-se em recessão devido à amplitude da crise que atingiu diversos setores da crise, o que alterou sensivelmente o perfil de compra da população, motivando as pessoas e reduzirem a quantidade dos produtos ou mesmo evitando compras desnecessárias.

63. Veja, mediante a atual situação das Recuperandas, diante uma carência e prazos mais longos para o adimplemento das obrigações, os quais serão propostos no Plano de Recuperação Judicial a ser oportunamente apresentado nos termos da Lei 11.101/2005, assim como mudança da política administrativa e gerencial, as Requerentes têm plenas condições de se restabelecer financeiramente sem comprometer seus credores, o que lhe possibilitará sua manutenção no mercado.

64. Por outro lado, caso o pedido acima seja negado estaremos caminhando contrariamente a Lei, o que resultará na quebra das Requerentes, que possui plenas condições de serem resgatadas das suas complicadas, mas não intransponíveis dificuldades.

65. Desta feita, não restam dúvidas de que as Requerentes se enquadram nos ditames da Lei de Falências e Recuperações Judiciais (Lei nº 11.101/2005), como amplamente demonstrado, bem como estão presentes os requisitos impostos nos seus artigos 48, 51 e 70.

## **D - DA INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS LEGAIS (ART. 48 DA LEI 11.101/2005).**

66. Cumpre esclarecer, em atendimento ao artigo 48 da lei 11.101/2005, que não se encontram presentes quaisquer das hipóteses de impedimento à Recuperação Judicial elencados no art. 48 da mencionada lei, haja vista que as Requerentes exercem regularmente suas atividades comerciais a mais de 02 (dois) anos (DOC 4), nunca requereram a falência ou recuperação judicial anteriormente, além do fato de seus sócios não possuírem condenação por qualquer dos crimes previstos na Lei nº 11.101/2005 (DOC. 8).

# Bechara

Sociedade de advogados

## **E- DA OBSERVÂNCIA AO ART. 51 DA LEI Nº. 11.101/2005**

67. Veja, como amplamente demonstrado acima o que é corroborado pelos documentos em anexo, as Requerentes são empresas visivelmente viáveis, seu negócio é bem aceito pelo mercado, goza de credibilidade com seus clientes e funcionários.

68. Assim, para que seja permitido readequar as atividades sociais e o giro do negocio se lança ao desafio do presente ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial, afim de sanear a crise enfrentada, com a finalidade de preservar os negócios sociais e estipular a atividade empresarial, garantir a continuidade do emprego e fomentar o trabalho respeitando a dignidade da pessoa humana.

69. Com o escopo de instruir de forma mais correta e ampla possível o presente pedido, esclarecem as Requerentes que a exposição das causas concretas de sua situação patrimonial e as razões da crise econômico financeira foram devidamente descritos nos tópicos anteriores (**ITEM B**), informa-se que foi dado cabal cumprimento ao inciso I, do artigo 51, da Lei nº 11.101/2005, qual seja, a demonstração de sua atual situação patrimonial e a crise em que se encontra.

- **Das Demonstrações Contábeis - A**

70. A fim de cumprir o disposto do inciso II do artigo 51 da lei 11.101/2005, a Requerente instruiu o presente pedido com as demonstrações contábeis relativas aos últimos 3 (três) exercícios fiscais (DOC. 1), confeccionadas com escrita observância da legislação societária aplicável e composta obrigatoriamente pelos ***“a) balançopatrimonial; b) demonstração de resultado acumulado; c) demonstração do resultado desde o ultimo exercício social; d)relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção***

- **Relação De Credores**

71. Em consonância com a exigência prevista no inciso III, do artigo 51, a Requerente apresenta a lista de credores contendo indicação do endereço de cada um deles, a origem, a natureza do crédito, sua classificação e seus valores atualizados, além dos regimes de vencimento (DOC 2).

# Bechara

Sociedade de advogados

- **Relação de Empregados**

72. Em cumprimento ao inciso IV do artigo 51 da lei, a Requerente acosta aos autos, a relação integral de seus empregados, informando as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamentos (DOC 3).

- **Certidão de Regularidade de Registro Público de Empresas/ Relação dos Bens dos Sócios**

73. Em atendimento ao inciso V do artigo 51, requer a juntada de todos atos que comprovam sua regularidade societária junto aos órgãos competentes (DOC 4), bem como a relação dos bens particulares de seus sócios e administradores (DOC 5), conforme exige o inciso VI do mencionado diploma legal.

- **Contas Correntes da Requerente**

74. Outrossim, com vistas a ordem legal do inciso VII, a Requerente traz aos autos os extratos bancários de todas as contas correntes e aplicações financeiras (DOC 6).

- **Certidões do Cartórios de Protestos**

75. A Requerente anexa, ainda, aos autos as certidões expedidas pelos competentes cartório de protesto (DOC 7).

- **Ações Judiciais Envolvendo a Requerente**

76. Por fim e em atendimento ao inciso IX, do artigo 51 da Lei 11.101/2005, a Requerente apresenta sua relação contendo todas as demandas judiciais em que figura como parte (DOC. 8).

# Bechara

Sociedade de advogados

## **IV – DOS PEDIDOS E DOS REQUERIMENTOS**

77. Ante o exposto, requer seja **IMEDIATAMENTE DEFERIDO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA REQUERENTE**, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005, comprometendo-se a apresentar no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação da decisão de deferimento do processamento da Recuperação Judicial, nos moldes do artigo 53 da Lei 11.101/2005, **PARA QUE, AO FINAL**, caso não haja objeções ao plano (Art. 55) ou tenha sido o plano aprovado em Assembléia Geral de Credores (Art. 45), **SEJA CONCEDIDA A RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA REQUERENTE POR ESTE D. JUÍZO.**

78. Ademais, as Requerentes requerem sejam tomadas as seguintes providências:

- a) Seja **DETERMINADA A SUSPENSÃO DE TODAS AS AÇÕES E EXECUÇÕES** contra a **REQUERENTE**, inclusive aquelas contra seus sócios e/ou garantidores solidários, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, conforme dispõe o artigo 6º e 52 da Lei 11.101/2005.
- b) Seja **vedada a alienação ou retirada de bens essenciais a atividade empresarial da Requerente**, com fulcro no art. 49'§' 3ª da LFR.
- c) Seja determinada a **DISPENSA DA APRESENTAÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES** da **REQUERENTE** de acordo com o artigo 52 inciso II da Lei 11.101/2005.
- d) Seja determinada **ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DESCRITAS NA RELAÇÃO DE CREDITORES**, com a expedição de ofício às mesmas, **PARA QUE SE ABSTENHAM DE BLOQUEAR, OU RETER VALORES NAS CONTAS CORRENTES OU CONTAS DE COMPENSAÇÃO DE TÍTULOS DE CRÉDITOS EMITIDO PELA REQUERENTE;**

# Bechara

Sociedade de advogados

- e) Seja permitida a produção de todas as provas em direito admitidas, especialmente em eventuais impugnações de crédito, habilitações, ou eventuais outros incidentes processuais;

79. Informa-se que o valor das custas judiciais e taxa judiciária encontram-se devidamente recolhidas.

80. Outrossim, requer que todas as publicações sejam feitas em nome do **DR. EDGAR DE NICOLA BECHARA**, inscrito na Ordem dos Advogados de Brasil – Secção São Paulo, **sob nº 224.501**, **SOB PENA DE NULIDADE**.

81. Atribui-se à causa o valor de R\$10.000,00(dez mil reais)

Termos em que,  
Pede deferimento,  
São Paulo, 09 de novembro de 2018

**EDGAR DE NICOLA BECHARA**

**OAB/SP 224.501**